



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 24/2007 -----

-----Aos vinte dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 6 de Julho de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **983.476,05 € (Novecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis euros e cinco cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----**1.1 - INTERVENÇÃO DA SR.ª. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO**-----

-----**1.1.1 – FESTA DA CASTANHA EM ALDEIA DAS DEZ E FEIRA DO PORCO E DO ENCHIDO EM MERUGE**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho congratulou-se pela forma como decorreu a Festa da Castanha em Aldeia das Dez e a Feira do Porco e do Enchido em Meruge, salientando que, do que pôde perceber através da comunicação social, os organizadores dos dois eventos têm conseguido conceber os mesmos de forma a acolherem um maior número de pessoas e bem assim a torná-los cada vez mais dinâmicos e interessantes. Disse ainda que, apesar de se tratar de um investimento avultado, os organizadores dos referidos eventos têm sabido honrar o apoio que a Câmara Municipal lhes tem dado para o efeito, estando a fazer dos mesmos dois grandes marcos de promoção dos produtos endógenos do concelho de Oliveira do Hospital, sublinhando que a Câmara Municipal deverá sentir-se satisfeita pelos resultados obtidos.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra também referiu congratular-se com a realização dos referidos eventos, relevando a sua importância como forma de revitalizar o comércio local tradicional e bem assim como forma de afastar as pessoas das grandes superfícies comerciais, onde, no seu entender, tudo é mais caro, manifestando igualmente a sua satisfação pelos resultados obtidos.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente salientou que os eventos foram muito valorizados com a animação do Grupo VIV`ARTE, cuja contratualização foi feita pela Câmara Municipal aquando da realização da Feira do Queijo, que no seu entender criou uma outra dinâmica nos espaços em que os mesmos decorreram. Mais referiu ter verificado um aumento do número de vendedores de produtos endógenos e artesanato, relevando que muitos deles não eram do concelho de Oliveira do Hospital pelo que já alertou os Srs. Presidentes das respectivas Juntas de Freguesia para que, em futuros eventos, seja dada primazia e lugar de destaque aos oriundos do concelho. No caso da Feira do Porco e do Enchido em Meruge, destacou o cuidado e a preocupação da Junta de Freguesia em criar um parque de estacionamento de forma a evitar os estrangulamentos na circulação automóvel que se fizeram sentir na edição do ano transacto.-----

-----**1.1.2 – TRANSPORTES PÚBLICOS – FIXAÇÃO DE PONTOS DE RECOLHA**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho lembrou a necessidade de serem estabelecidos alguns pontos de recolha de passageiros, na área da cidade de Oliveira do Hospital, no âmbito dos transportes públicos, ao que o Sr. Presidente deu conta de que os referidos pontos de recolha já foram definidos, faltando apenas acertar pequenos pormenores com a transportadora responsável, nomeadamente no que diz respeito à criação de sinalética devidamente adequada. -----

-----**1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

-----**1.2.1 – EMPREITADA DE “ESTRUTURAÇÃO DO NOVO ESPAÇO DA FEIRA”- INÍCIO DAS OBRAS**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se pelo início das obras da empreitada de “Estruturação do Novo Espaço da Feira”, quer pela obra em si, quer pelo que representa para a sua pessoa como cidadão do concelho de Oliveira do Hospital e que ao longo destes anos tem assistido à sua evolução.-----

-----O Sr. Presidente deu conta de que se prevê que a obra esteja integralmente concluída no princípio de 2008 pelo que, provavelmente, no mês de Março a Feira Mensal já se realizará no seu novo espaço. -----

-----**1.2.2 – TRANSPORTES**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao acidente de autocarro que ocorreu em Castelo Branco, dando conta que esta situação o fez meditar sobre o que se pode passar em qualquer outra parte, questionando o Sr. Presidente sobre se, no que diz respeito aos autocarros da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, os mesmos estão ou não cobertos por seguro de passageiros, ao que aquele responsável respondeu afirmativamente.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se pelo facto de saber que a Câmara Municipal tem estas situações asseguradas. -----

-----O Sr. Presidente reconheceu que há necessidade de ter o máximo cuidado nesta matéria tendo em conta, nomeadamente, a quantidade de transportes escolares que são assegurados diariamente, sublinhando que no que diz respeito aos transportes efectuados pelo Município de Oliveira do Hospital, todos se encontram cobertos pelo seguro de passageiros. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**1.2.3 – SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida lembrou a necessidade de a Câmara Municipal investir na melhoria da qualidade da segurança de pessoas e bens na área da cidade de Oliveira do Hospital, sugerindo a criação de um corpo de Guardas Nocturnos de forma a reforçar a segurança da cidade durante esse período, salientando que se trata de um aspecto prático e dissuasor que garante a segurança das pessoas e bens na cidade e que para isso existem meios e regras que permitem a sua criação a um baixo custo. -----

-----O Sr. Presidente salientou que ainda não vê necessidade na criação de um corpo de Guardas Nocturnos, por considerar que em Oliveira do Hospital as pessoas ainda se conhecem, existindo, felizmente, ainda espírito de vizinhança, reconhecendo, no entanto, que dentro de poucos anos será uma medida a equacionar na cidade. -----

-----**1.2.4 – CANIL/ GATIL**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou o Sr. Presidente sobre se a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital tem ou não um Canil e Gatil para acolher animais em situação de abandono.

-----O Sr. Presidente referiu que, como é do conhecimento dos Srs. Vereadores, existe um Canil/ Gatil nas instalações do estaleiro da autarquia, que por ser um espaço muito reduzido apenas serve para acolher os animais com carácter provisório, referindo a existência de um Protocolo que foi celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital e o Município de Arganil, no sentido de acolher no canil de Arganil os animais abandonados/recolhidos no concelho, caso se verifique a falta de espaço no Canil de Oliveira do Hospital. -----

-----**1.2.5 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ESTRATÉGICO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – REALIZAÇÃO DE UM FÓRUM**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao Plano de Desenvolvimento Económico e Estratégico do Concelho de Oliveira do Hospital, salientando que “somos um concelho do interior e como tal muito discriminado em relação aos grandes centros, quer pela falta de acessibilidades quer pela sua interioridade. Julgo que devíamos aproveitar melhor aquilo que já existe e existem grandes empresários empreendedores no concelho na área da agricultura, da restauração, da indústria e do turismo, cabendo mais a estas entidades do que ao Governo as respectivas iniciativas. Contudo ao Governo e à Autarquia cabe a criação de condições para o desenvolvimento dessa actividade e estratégia futura, ao nível da educação, saúde e cultura no pressuposto de que em 2015 Portugal será “invadido” por cerca de 20 milhões de turistas e a nossa região e o nosso concelho têm potencialidades de ser um grande centro de interesse. Há que juntar as “massas humanas” nesse tal Fórum e discutir com técnicos capazes, introduzindo assim o fermento para uma eficiente reflexão, discussão e debate deste aspecto tão premente do tempo actual. Nós temos que governar e quem tem de governar tem de governar com o que sabe, mas pode saber muito mais se ao nosso saber juntarmos o saber dos outros. O Sr. Presidente da Câmara aquando do aniversário da EPTOLIVA referiu-se ao modelo do desenvolvimento que havia em Oliveira do Hospital dizendo que “está a ficar esgotado e assim temos que apostar em outros modelos”. Esses modelos, melhor sairão dessa reflexão e desse debate para os poder produzir e estimular a essas iniciativas.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente salientou que ao longo deste ano já se realizaram três *workshop's* relacionados com o concelho de Oliveira do Hospital num contexto da Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte e, bem assim, num contexto local, dando conta de que já



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

participaram nessas acções políticos e representantes da sociedade civil. Disse ainda que o Plano de Desenvolvimento Estratégico está a ser elaborado pela Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, esperando que esse documento traduza as linhas estratégicas para o concelho de Oliveira do Hospital. Mais referiu que, por força da Lei nem sempre é possível realizar obras uma vez que existe um conjunto de elementos ao nível do planeamento que impedem e retiram a capacidade às pessoas individuais e/ou colectivas de realizarem as suas iniciativas, esperando que a nova legislação contribua para uma simplificação do processo. -----

----- **1.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO** -----

----- **1.3.1 – IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL** -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

-----“Saiu recentemente a Lei 65/2007, de 12 de Novembro, que implementa o Serviço Municipal de Protecção Civil, estabelecendo os objectivos e os domínios de actuação da Protecção Civil Municipal, as suas actividades e ainda a criação de uma Comissão Municipal de Protecção Civil onde têm assento o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Comandante Operacional Municipal. Estabelece ainda um conjunto de competências da Comissão, nomeadamente a elaboração de um Plano Municipal de Emergência, que cabe à Câmara Municipal, através do Serviço Municipal de Protecção Civil. Responsabiliza o Presidente da Câmara Municipal, que é a autoridade Municipal de Protecção Civil que deve, naturalmente, estabelecer colaboração com as Juntas de Freguesia e com o Serviço Municipal da Protecção Civil. Refere ainda a importância de serem criadas unidades locais de protecção civil ao nível das freguesias, a definir pela Comissão Municipal de Protecção Civil, ao nível da coordenação, da ligação e da colaboração institucional entre os vários organismos da Protecção Civil põe na responsabilidade na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que também lhe cabe nomear o Comandante Operacional Municipal, comandante este que depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal. Isto, na minha óptica, levanta aqui uma questão em termos do concelho de Oliveira do Hospital, ou seja, há duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, existem dois comandantes, questiono qual vai ser o critério para a nomeação do Comandante Operacional Municipal. Ainda sobre o Plano Municipal de Emergência chamava a atenção para a necessidade da definição e elaboração do Plano Municipal de Emergência ou a actualização daquele que já existe. Pelo que li na lei, são dados 180 dias após a publicação do Diploma legal para ser elaborado e definido ou actualizado o Plano Municipal de Emergência. Há aqui também uma ênfase muito grande na importância de ter um Plano Municipal de Emergência para os estabelecimentos de ensino, eu questionava o Sr. Presidente da Câmara se, neste momento, já temos esse Plano Municipal de Emergência feito ou elaborado ou se vai avançar neste momento para a sua elaboração. -----

-----Em suma, eu questiono qual vai ser o calendário de actuação da Câmara Municipal para definição do Serviço Municipal da Protecção Civil, da respectiva Comissão Municipal, da nomeação ou recondução do Comandante Operacional Municipal e o *timing* para a elaboração do Plano Municipal de Emergência.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que a alteração ao Plano Municipal de Emergência, com base na Lei 65/2007, de 17 de Novembro, já está a ser preparada, dando conta de que é um trabalho que irá ser realizado pelo Técnico Florestal e por uma Técnica Superior, funcionários deste Município. Relativamente à nomeação do Comandante Operacional disse tratar-se de um assunto sobre o qual ainda não se debruçou, salientando que nunca existiu a figura de um Comandante nomeado para o referido efeito. Contudo, entende que a haver critérios tem toda a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

lógica que seja indicado o Comandante da Corporação de Bombeiros que tem sobre a sua jurisdição a maior área geográfica do concelho, independentemente da sua localização.-----

-----**1.3.2 - POSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE AOS TRAÇADOS IC 6, 7 E IC 37 ENVIADA PARA A ESTRADAS DE PORTUGAL**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:
-----“Na sequência da tomada de posição da Câmara Municipal relativamente aos traçados IC6, 7 e IC37, quero mais uma vez congratular-me com essa decisão, em face do desafio lançado pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas, aquando da sua visita a Oliveira do Hospital no dia 07 de Outubro, eu acho que depois de alguma resistência inicial por parte do Sr. Presidente da Câmara no sentido de participar na discussão sobre os traçados, acabou por imperar o bom senso e tomar-mos posição sobre aquilo que está em discussão pública. Contudo, carece de esclarecimento o facto de ter ficado combinado em reunião de Câmara que iríamos optar pelo cenário três que contemplava o IC6, quando na versão final do ofício a enviar a Estradas de Portugal, que me foi enviado pelo Dr. Paulo Rocha, faz referência ao acolhimento do cenário cinco, no que se refere à construção do IC 37. Pretendo ver esclarecida esta situação pois tenho a ideia de que apenas existiam três cenários em discussão.”-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que “nunca manifestei resistência à tomada de posição, eu manifestei resistência à criação de *lobbies*. Sempre tive em mente responder ao desafio do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, relativamente à posição do Município de Oliveira do Hospital sobre os cenários dos traçados dos IC`s, agora, jamais estaria disponível para participar em *lobbies* relativamente a esta matéria.” Sobre o assunto explicitou as questões colocadas pelo Sr. Vereador referentes à numeração dos cenários em causa. -----

-----**1.3.3 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte esclarecimento: -----

-----Tendo verificado a existência de uma placa, junto à ponte do Cobral, a fazer referência à “Requalificação da Quinta do Cobral”, o Sr. Vereador José Francisco Rolo solicitou ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos acerca do tipo de intervenção que está a ser executada uma vez que desconhecia a existência da mesma.-----

-----O Sr. Presidente deu conta que se trata de uma obra da inteira responsabilidade da Junta de Freguesia da Lajeosa, desconhecendo qual o tipo de intervenção que irá decorrer no local em causa.

-----**1.3.4 - RECONSTRUÇÃO DO AÇUDE DA VOLTA EM ALVÔCO DAS VÁRZEAS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte: -----

-----“Em Setembro estive de visita ao Açude da Volta, em Alvôco das Várzeas, tendo verificado que a obra estava quase concluída, possivelmente hoje já estará integralmente concluída, pelo que me congratulo, naturalmente, pela eventual conclusão da mesma. -----

----- Infelizmente foi uma obra que se andou a arrastar de plano em plano e que foi aqui objecto de muitas discussões, quer por não ter sido concretizada em determinada altura, quer pela falta de projecto de execução, pela indefinição quanto em quem seria o autor do projecto, e quanto à fonte de financiamento. Aliás, se já estivesse concluída, logo quando foi proposta, é possível que se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

tivessem os danos provocados pelas inundações na zona do Parque Merendeiro. Felizmente agora, a obra supõe-se que já esteja concluída, a partir do estado de execução que verifiquei em Setembro. No entanto porque tenho algumas dúvidas sobre a execução da obra, requeria ao Sr. Presidente da Câmara a consulta do projecto de execução da obra, se for possível.”-----

-----O Sr. Presidente informou que houve efectivamente necessidade de produzir algumas alterações ao projecto de execução inicial da obra no sentido de reduzir o impacto nos terrenos privados confinantes, os quais levaram à colocação de betão em locais onde inicialmente não estava previsto.-----

-----O Sr. Presidente informou que a obra já foi integralmente concluída e que a Junta de Freguesia pretende efectuar a sua inauguração no próximo dia 01 de Dezembro do ano em curso.---

-----**1.3.5 – ALERTA SOBRE A SINALIZAÇÃO DE PASSADEIRAS PARA PEÕES**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo alertou a Câmara Municipal para o seguinte: -----

-----“O Sr. Coronel fez referência ao acidente com os alunos da Universidade Sénior que ensombrou o Município de Castelo Branco. Há dias também houve um acidente com peões em Lisboa, um atropelamento numa passadeira. Tive acesso a uma notícia do Diário de Notícias em que dizia, a dada altura, que as Câmaras podem ser julgadas por acidentes ocorridos nas vias municipais designadamente por causa de má sinalização, má definição das passadeiras. Alerto para esta situação no sentido de se corrigirem eventuais situações de risco e perigosas antevendo com espírito de prevenção situações de acidente, mas também situações que possam pôr em causa a imagem e a gestão do espaço público por parte da Câmara Municipal.”-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu corroborar a posição do Sr. Vereador José Francisco, salientando que “actualmente há cidades do país que já estão a optar por sinalização especial nas passadeiras no sentido de as tornar mais visíveis durante a noite pelo que propunha que se pensasse em adoptar o mesmo sistema para o Município de Oliveira do Hospital.”-----

-----O Sr. Presidente admitiu que as Câmaras Municipais podem ser sempre responsabilizadas por acidentes ocorridos em passadeiras, por eventuais deficiências apresentadas pelas mesmas, embora reconheça que é tal é muito subjectivo na medida em que se tem de provar “a relação de causa-efeito”.-----

2 – ORDEM DO DIA-----

2.1 - ESCALAS DE TURNOS DE FARMÁCIAS/2008 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

D.A.G.F/Proc. 53/DOC.2

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 07 de Novembro de 2007, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, no qual determinou que se informasse a Administração Regional de Saúde do Centro que esta Câmara Municipal nada tem a opor quanto à proposta de mapa de serviço de farmácias deste concelho, para o ano de 2008.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**

2.2 – ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E TARIFAS MUNICIPAIS-----

D.A.G.F

-----**Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal nos termos do nº 1 do nº 3 e do nº 4 do artigo 2º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de Licenças e Prestação de Serviços, deliberou, por unanimidade, actualizar as Taxas e Tarifas previstas na Tabela suprarreferenciada, de acordo com a variação anual de inflação indicada pelo INE, relativa ao mês de Outubro, que foi de 2,4%, entrando a mesma em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2008. -----

2.3 - CLUBE SEITA TODO-O-TERRENO - PROVA DE CROSS COUNTRY - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----

D.A.G.F/Proc.69/4/DOC.3

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 09 de Novembro de 2007, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que isentou o Clube Seita Todo-o-Terreno do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da Prova de Cross Country realizada no passado dia 18 de Novembro. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

2.4 - RECENSEAMENTO ELEITORAL 2007 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS -----

D.A.G./Proc. 16

-----O Sr. Presidente deu conhecimento ao Executivo de um ofício remetido pela Direcção-Geral de Administração Interna, a comunicar que estão a ser processadas, a favor das Câmaras Municipais, as transferências de verbas a que se refere o nº 1 do artº 72º da Lei nº 13/99 de 22 de Março. -----

-----Na sequência desta comunicação, o Sr. Presidente propôs que, depois de recepcionadas, estas verbas sejam transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

2.5 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS: -----

A-1) - JUNTA DE FREGUESIA DE LOUROSA -----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Lourosa, um subsídio no montante de **20.000,00 € (Vinte mil euros)**, como apoio à pavimentação, a cubos de granito, de um troço de um caminho no Campo e de dois caminhos na Meda, localidades daquela freguesia. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

A-2) - JUNTA DE FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA -----

D.A.G.F/Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como comparticipação nos custos com a iluminação e execução de pavimento no Cemitério novo daquela freguesia. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

2.6 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE DIGUEIFEL - REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, revogar a sua deliberação de 11 de Setembro de 2007, na qual foi atribuído à Associação Recreativa e Cultural de Digueifel, um subsídio no montante de 7.500,00 € (Sete mil e quinhentos euros), em virtude da desistência da equipa de Futsal Sénior Masculino daquela entidade, do campeonato em que se encontrava inscrita. -----

2.7 - PROPOSTA DE INCLUSÃO DO ARTIGO 13º-A DO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F

-----Na sequência da deliberação camarária de 17 de Agosto de 2007 e considerando que durante a apreciação pública da Proposta de Inclusão do Artigo 13º - A no Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital abaixo transcrita, não foram apresentadas quaisquer sugestões sobre a mesma, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal: -----

“ARTIGO 13º - A

Pagamentos em Atraso

-----1 – Sempre que no final de cada um dos períodos lectivos o pagamento das participações não tenha sido efectuado, a criança deixará de poder usufruir dos serviços de apoio à família até que a situação seja regularizada. -----

-----2 – Os casos de falta de pagamento das participações familiares motivados por razões de carência económica implicarão a intervenção dos serviços sociais da autarquia que deverão elaborar o respectivo relatório social a submeter à apreciação da Câmara Municipal.” -----

2.8 - FIXAÇÃO DE MENSALIDADES DA CASA DA CRIANÇA DE TRAVANCA DE LAGOS -----

D.A.G.F./Proc. 53/25

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que de acordo com a informação da Técnica Superior de Sociologia, fixe a mensalidade da seguinte criança admitida na valência de Creche da Casa da Criança de Travanca de Lagos: -----

NOME DO UTENTE	MENSALIDADE PROPOSTA
- Lucas David Lopes Alcântara	44,00 € (Quarenta e quatro euros)

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.9 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO (ENSINO SUPERIOR) – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE SELECCÃO DOS CANDIDATOS - HOMOLOGACÃO DA ACTA DA REUNIÃO DO JÚRI -----

D.A.G.F./Proc.29/10/DOC.4

-----Na sequência da deliberação camarária de 23 de Outubro de 2007, foi presente pelo Sr. Presidente da Câmara a acta da reunião do Júri do concurso em epígrafe, que por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de actas, dando conhecimento à Câmara Municipal que concluído o processo constatou-se a existência de duas candidaturas, apresentadas por Cláudia Joana da Costa Rodrigues e Luís Manuel Oliveira Borges, residentes respectivamente na Rua do Castelo, nº 21, em Avô, e na localidade de Gavinhos de Baixo, ambos deste concelho. -----

-----De acordo com a apreciação das referidas candidaturas, efectuada pelo respectivo Júri, o Sr. Presidente informou que o mesmo deliberou, por unanimidade, não admitir a candidatura de Luís Manuel Oliveira Borges, por não cumprir o disposto na alínea e) do artº. 5º do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior, que a seguir se transcreve “*Não possuírem, por si só ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal liquido, per capita, superior a 80% da retribuição mínima mensal garantida em vigor*” e admitir a candidatura de Cláudia Joana da Costa Rodrigues relativamente à qual deliberou ainda, por unanimidade, não propor a atribuição de bolsa de estudo por não cumprir o disposto na alínea f) do artº 5º daquele Regulamento, que a seguir se transcreve “*Não usufruírem de quaisquer bolsas ou subsídios, concedidos por outras entidades ou, quando tal suceda, a soma do valor das bolsas, não ultrapasse os 50% da retribuição mínima mensal garantida em vigor. Neste caso, a bolsa a atribuir deverá ser reduzida até à concorrência do valor do qual resulte esse montante*”. -----

-----Pelo exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, homologar a acta da reunião de 20 de Novembro de 2007 do Júri do Concurso para Atribuição de Bolsas de Estudo. -----

-----Foi igualmente deliberado, proceder à audição dos interessados, nos termos do artigo 100º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91 de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de Janeiro. -----

2.10 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL INTERIOR NORTE - FIXAÇÃO DE QUOTA -----

D.A.G.F./Proc. 28/7-17

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte, que teve lugar no dia 06 de Novembro do ano em curso, no Salão Nobre dos Paços do Município de Miranda do Corvo, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma: -----

- 1 – Fixação da contribuição financeira dos municípios associados; -----
- 2 – Aprovação do Orçamento para 2007;
- 3 – Apreciação do Relatório Intermédio do Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte 2007/2013; -----
- 4 – Outros assuntos. -----
- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fixar a quota mensal a transferir para a Associação de Municípios do Pinhal Interior Norte em 100,00 € (Cem euros).-----

2.11 – OBRAS PARTICULARES -----

-----**2.11.1 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS** -----

D.S.T./DOC.5

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

2.12 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----**2.12.1 - CASA CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - REVISÃO DO MAPA JUDICIÁRIO** -----

D.A.G.F/Proc.32/1

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foram presentes pelo Sr. Presidente os ofícios n.ºs 7362 e 10515, datados de 30 e 31 de Outubro do ano em curso, remetidos pela Casa Civil do Presidente da República e Presidência do Conselho de Ministros, respectivamente, a acusarem a recepção da carta enviada por esta Câmara Municipal em 25 de Outubro, sobre a Revisão do Mapa Judiciário e proposta apresentada pela Ordem de Advogados da Delegação de Oliveira do Hospital, expressando que a mesma foi objecto da melhor atenção.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.12.2 - HOMENAGEM AO PAPA JOÃO XXI - COMISSÃO DE HONRA** -----

D.A.G.F/Proc.28/6

-----Foi presente pelo Sr. Presidente um *mail* enviado em 04 de Novembro do ano em curso por Rogério Batalha - Vice-Presidente da Comissão Executiva do movimento Pró-Construção de uma Estátua a João XXI, a convidar esta autarquia a contribuir com uma oferta para a construção do referido monumento.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.12.3 - MAPA DE TRANSPORTES** -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 06 e 19 de Novembro de 2007, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3 - OUTROS ASSUNTOS -----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do art.º 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**3.1 - SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ**-----

D.A.G.F/Proc.53/4/DOC.7

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, um subsídio no montante de **75.000,00 € (Setenta e cinco mil euros)**, sendo 50.000,00 € (Cinquenta mil euros) a pagar no corrente ano e 25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros) no ano de 2008, a título de comparticipação na construção do edifício do futuro Lar de Acamados, mediante Protocolo a celebrar para o efeito com aquela entidade.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Foi igualmente deliberado aprovar o Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, visando a construção do edifício do futuro Lar de Acamados. -----

-----**3.2 – ATRIBUIÇÃO DE CABAZES DE NATAL A FAMÍLIAS CARENCIADAS** -----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, que de acordo com a Listagem de Beneficiários de Excedentes Alimentares existente nos Serviços de Acção Social desta Câmara Municipal, sejam atribuídos Cabazes de Natal às famílias mais carenciadas do concelho, que tenham ao seu encargo filhos menores de idade, segundo os seguintes critérios: -----

----- **FAMÍLIAS COM UM OU DOIS FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE €100,00 (CEM EUROS)** -----

----- **FAMÍLIAS COM TRÊS OU QUATRO FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE €150,00 (CENTO E CINQUENTA EUROS)** -----

----- **FAMÍLIAS COM MAIS DE QUATRO FILHOS MENORES – UM CABAZ DE NATAL ATÉ AO MONTANTE DE €200,00 (DUZENTOS EUROS)** -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea c) do nº4 do artº 64º do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

3.3 – OBRAS MUNICIPAIS – EMPREITADA DE “RECONSTRUÇÃO DO AÇUDE DA VOLTA EM ALVÔCO DAS VÁRZEAS” – TRABALHOS IMPREVISTOS – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS -----

D.S.T./DOC.(S) Nº 8 e 9

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, aprovar a realização dos trabalhos a mais na empreitada em epígrafe pelo valor de 21.865,21 € (Vinte e um mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e vinte e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Foi igualmente deliberado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 116º do Decreto-lei nº 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao respectivo contrato adicional dos trabalhos a mais ora autorizados. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.4 - COMPARTICIPAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE MANUAIS E OUTRO MATERIAL ESCOLAR-----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes montantes a atribuir aos Agrupamentos Escolares do Concelho, a título de comparticipação (2ª tranche) na aquisição de manuais escolares e outro material escolar por parte dos alunos abrangidos pelos escalões A e B dos auxílios económicos:-----

**Comparticipações para manuais e outro material escolar
Alunos abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos**

Agrupamentos	Nº alunos	valor atribuído	Total
1º ano			
Brás Garcia de Mascarenhas	2	40,00 €	80,00 €
Cordinha	0	40,00 €	0,00 €
Lagares da Beira	0	40,00 €	0,00 €
Vale do Alva	1	40,00 €	40,00 €
Sub-total	3		120,00 €
2º ano			
Brás Garcia de Mascarenhas	1	47,50 €	47,50 €
Cordinha	2	47,50 €	95,00 €
Lagares da Beira	1	47,50 €	47,50 €
Vale do Alva	2	47,50 €	95,00 €
Sub-total	6		285,00 €
3º ano			
Brás Garcia de Mascarenhas	1	57,50 €	57,50 €
Cordinha	0	57,50 €	0,00 €
Lagares da Beira	1	57,50 €	57,50 €
Vale do Alva	1	57,50 €	57,50 €
Sub-total	3		172,50 €
4º ano			
Brás Garcia de Mascarenhas	1	60,00 €	60,00 €
Cordinha	0	60,00 €	0,00 €
Lagares da Beira	0	60,00 €	0,00 €
Vale do Alva	1	60,00 €	60,00 €
Sub-total	2		120,00 €
Totais	14		697,50 €

Agrupamentos	Nº alunos	Total
Brás Garcia de Mascarenhas	5	245,00 €
Cordinha	2	95,00 €
Lagares da Beira	2	105,00 €
Vale do Alva	5	252,50 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Total	14	697,50 €
-------	----	----------

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea d) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.4.1 - ALUNOS ABRANGIDOS PELOS ESCALÕES A E B DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS**-----

-----Em complemento à deliberação de 09 de Outubro de 2007 e considerando a necessidade de rever alguns processos de acção social escolar, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal do número total, por Agrupamento de Escolas, dos alunos que frequentam o 1º CEB e que foram abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos, a saber: -----

**Alunos abrangidos pelos escalões A e B dos
Auxílios Económicos**

	Escalão A	Escalão B	Total
Brás Garcia de Mascarenhas	4	1	5
Cordinha	2	0	2
Lagares da Beira	1	1	2
Vale do Alva	5	0	5
Total	12	2	14

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.5 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LAGARES DA BEIRA**-----

D.A.G.F/Proc.29/7

-----Na sequência da deliberação camarária de 23 de Outubro de 2007, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, um subsídio no montante de **87,50 € (Oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos)** como comparticipação complementar nas despesas de Expediente e Limpeza, funcionamento da Componente de Apoio à Família e desenvolvimento do Plano Anual de Actividades, pela constituição de mais uma sala de aula no ano lectivo de 2007/2008. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.6 – COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE GRAMAÇA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO**-----

D.S.T./Proc.22/1

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes à emissão de Licença no que se refere à reconstrução e ampliação de uma edificação -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Face ao exposto, a Câmara Municipal de acordo com a informação elaborada pelo Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, isentar a Comissão de Melhoramentos de Gramaça do pagamento das referidas taxas. -----

-----**3.7 – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO**-----

D.A.G.F./Proc. 69/3

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da animação sonora das ruas da cidade de Oliveira do Hospital a promover no âmbito do programa de dinamização comercial Natal/2007. -----

-----A Câmara Municipal nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas deliberou, por unanimidade, isentar a AGÊNCIA – PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL do pagamento das referidas taxas. -----

-----Na qualidade de Presidente de Direcção da Agência, o Sr. Vereador Paulo Rocha ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto.-----

-----**3.8 - MERCADO MUNICIPAL**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que apesar de ser feriado, o Mercado Municipal encontrar-se-á aberto no próximo dia 01 de Dezembro. -----

-----**3.9 – ASSEMBLEIA DISTRITAL DE COIMBRA**-----

D.A.G.F./Proc. 28

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença a na sessão ordinária da Assembleia Distrital de Coimbra, que teve lugar no dia 16 de Novembro do corrente ano, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

- 1 – Informações;-----
- 2 – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;-----
- 3 – Instituto Superior Miguel Torga;-----
- 4 – Alienação do terreno da Quinta da Machada;-----
- 5 - Alienação do edifício da Sé Velha;-----
- 6 – Ofício do C.R.S.S. Coimbra: Centro de Acolhimento do Loreto;-----
- 7 – Aprovação da Conta de Gerência de 2006;-----
- 8 – Marcação da próxima sessão da Assembleia.-----

-----Relativamente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos acima mencionada, o Sr. Presidente referiu que foi entregue uma Proposta de Estatutos do Instituto Miguel Torga com vista à criação de uma Fundação, para análise e posterior decisão. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**3.10 – LOJAS DO CIDADÃO DE SEGUNDA GERAÇÃO**-----

D.A.G.F./Proc. 28



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de que tem vindo a ser contactado pelo Governo Civil do Distrito de Coimbra no sentido da Câmara Municipal aderir à implementação de uma Loja do Cidadão de Segunda Geração na cidade de Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente referiu que não entende ser pertinente a criação de Lojas do Cidadão de Segunda Geração dada a centralidade e proximidade dos Serviços Públicos na cidade de Oliveira do Hospital e bem assim porque encara com apreensão a situação do pessoal colocado nos serviços actualmente existentes, por força da reorganização dos mesmos face à criação das Lojas do Cidadão de Segunda Geração.-----

-----Os Srs. Vereadores Maria José Freixinho, Albano Almeida e José Francisco Rolo referiram concordar com a argumentação do Sr. Presidente, afirmando, no entanto, o entendimento que a criação daquelas lojas será irreversível a curto prazo porquanto constituem um sinal de modernização da Administração Pública. -----

-----Após análise e discussão sobre o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, informar o Governo Civil do Distrito de Coimbra que dada a centralidade e proximidade de todos os Serviços Públicos existentes na cidade de Oliveira do Hospital, de momento não há interesse na criação de uma Loja do Cidadão de Segunda Geração.-----

----- 3.511 – EIP – EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE -----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de que também foi contactado por S. E., o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna no sentido de inferir se a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital está ou não interessada na assinatura do Protocolo com vista á criação de Equipas de Intervenção Permanente, dando conta de que não lhe foi enviada qualquer documentação para além daquela que esteve presente em reunião de 06 de Novembro do ano em curso. - -----

-----Após análise e discussão sobre o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar a S. E., o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna a remessa de toda a documentação sobre o conteúdo do referido Protocolo, incluindo a previsão de encargos, para que posteriormente a Câmara Municipal possa deliberar sobre o assunto. -----

----- 3.4.9 – GAT DE SEIA -----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente deu igualmente conhecimento à Câmara Municipal de que esteve reunido com o Sr. Vice-Presidente da CCDRC a fim de esclarecer algumas questões relacionadas com a actividade do GAT de Seia, e nomeadamente, o seu encerramento.-----

-----Após análise e discussão sobre o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por, unanimidade, e atendendo a que as questões mais prementes de pessoal se encontram em via de resolução, manter a posição de que pelo menos deve ser ressarcida do investimento inicial efectuado no edifício do GAT, a custos actuais, ainda que existam naquele serviço equipamentos que foram adquiridos por todos os municípios. -----

----- 4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES -----

----- 4.1 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA -----

----- 4.1.1 – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – SORTEIO DE NATAL/2007 -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F.

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha informou a Câmara Municipal de que já está a decorrer o Sorteio de Natal, dando conta que aderiram, até ao momento, a esta iniciativa, 180 estabelecimentos do concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme de termina o n.º 4 do D. L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas dezasseis horas, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 20 de Novembro de 2007** -----

Presidente _____

Vereadores _____



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
20 DE NOVEMBRO DE
2007**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**